

36º Encontro Anual da Anpocs

*GT 01 – Ciberpolítica,
Ciberativismo e Cibercultura*

Internet e política em análise:
levantamento sobre o perfil dos
estudos brasileiros apresentados entre
2000 e 2011

Rafael Cardoso Sampaio
Rachel Callai Bragatto
Maria Alejandra Nicolás

INTERNET E POLÍTICA EM ANÁLISE: levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados entre 2000 e 2011¹

Rafael Cardoso Sampaio²

Rachel Callai Bragatto³

Maria Alejandra Nicolás⁴

Resumo: *Essa pesquisa se debruça sobre a apropriação da temática “internet e política” pelas ciências sociais brasileiras. Para tanto, são analisados 299 artigos apresentados em onze eventos das áreas de Sociologia, Ciência Política e Comunicação Social realizados no período de 2000 a 2011 no Brasil. A metodologia baseou-se em uma análise de conteúdo com o intuito de levantar os principais autores, centros de pesquisa, objetos político e tecnológico, abordagens teóricas, métodos, técnicas, áreas de abrangência e conclusões dos artigos apresentados em cada um desses eventos. Por um lado, os resultados indicam inúmeras concentrações e disparidades em relação a autores, instituições e estados envolvidos na pesquisa. Por outro, há evidências de maior consolidação e amadurecimento da área, que está focada em objetos mais específicos e apresenta um crescimento dos estudos empíricos.*

Palavras-Chave: *Internet e Política. Democracia Digital. Produção Acadêmica.*

1. Introdução⁵

Desde o surgimento da internet em 1969 e, principalmente, após a invenção da *World Wide Web* em 1989, observa-se o crescimento e aprofundamento dos debates acerca do impacto do meio sobre o sistema democrático. Tais estudos baseiam-se em reflexões acerca da possibilidade da internet modificar a experiência democrática, sendo que, por conta das características tecnológicas do novo meio, outros elementos seriam trazidos para o debate.

Verificam-se, portanto, inúmeras pesquisas sobre temas nobres da política abordados sob a ótica das mudanças relacionadas à inserção das Tecnologias da

¹ A versão original dessa pesquisa foi apresentada no XXI Encontro Anual da Compós em Junho de 2012.

² Rafael Cardoso Sampaio é doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). É pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Governo eletrônico e Democracia Digital (CEADD) e bolsista CNPq. cardososampaio@gmail.com.

³ Rachel Callai Bragatto é graduada em Comunicação Social, mestre e doutoranda em Sociologia pela UFPR. Faz parte do grupo de pesquisa Instituições, Comportamento Político e Novas Tecnologias (GEIST) da UFPR e é bolsista Capes. rachelbragatto@gmail.com

⁴ Maria Alejandra Nicolás é graduada em Ciência Política, mestre e doutoranda em Sociologia pela UFPR. Integrante do grupo de pesquisa Instituições, Comportamento Político e Novas Tecnologias (GEIST) da UFPR e do grupo Política, Informação e Novas Tecnologias (POINT) da UFG. Bolsista do Reuni/Capes. alejandranicolas@gmail.com

⁵ Gostaríamos de agradecer as valiosas contribuições e apreciações do Prof. Dr. Sérgio Braga e do Prof. Dr. Emerson Cervi na elaboração deste artigo. Agradecemos também as colaborações levantadas pelo Grupo de Trabalho “Comunicação e Política” da Compós e pelo grupo “Comunicação, Internet e Democracia” (UFBA).

Informação e Comunicação (TICs) na dinâmica social. Com efeito, nos países ocidentais o uso da internet pelos mais variados tipos de atores e instituições participantes dos sistemas políticos tem se constituído em objeto de análises sistemáticas e empiricamente orientadas, especialmente, nas nações anglo-saxãs. Apenas a título de exemplo, podemos mencionar a existência de um amplo conjunto de trabalhos sobre governo eletrônico (SEIFERT; CHUNG, 2009), ciberativismo e movimentos sociais (SCHUSSMAN; EARK, 2004), partidos políticos (NORRIS, 2003), eleições e processos eleitorais (BIMBER; DAVIS, 2003), órgãos legislativos e parlamentares (COLEMAN; BLUMLER, 2009) etc.

Observa-se também uma produção bibliográfica ampla e contínua no Brasil. Há estudos sobre as oportunidades de participação oferecidas pelo Estado à esfera civil (BRAGA et al, 2009; GOMES, 2011); campanhas online e impactos da internet nas disputas eleitorais (AGGIO, 2010); debates sobre o efeito da internet na organização partidária (ALBUQUERQUE; MARTINS, 2010); questões relativas ao uso dos blogs e das novas práticas políticas (PENTEADO et al, 2009); reflexões sobre o potencial da internet como esfera pública e arena de deliberação (SAMPAIO et al, 2010); estudos sobre as utilizações dos novos meios por organizações da sociedade civil (MAIA, 2011); a relação dos novos meios com a desigualdade social (MORAES et al, 2009), entre outros.

No entanto, embora a bibliografia nacional seja ampla, são raras ainda as iniciativas de mapeamento das pesquisas brasileiras que busquem apreender dados sobre a produção acadêmica. À exceção dos esforços empreendidos por Amaral e Montardo (2011), Araújo (2011) e Bragatto e Nicolás (2011), não encontramos outras tentativas que possibilitassem um reconhecimento sistemático do estado da arte do campo, ou seja, das principais universidades, autores, abordagens, temáticas e objetos que têm orientado as pesquisas da área.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar resultados de nossa pesquisa em andamento sobre a apropriação da temática “internet e política” como objeto de estudo pelas ciências sociais brasileiras, especialmente pela sociologia, ciência política e comunicação. Nesta etapa, analisamos os artigos apresentados sobre o assunto em alguns dos principais eventos realizados em território brasileiro de 2000 até 2011.

A metodologia utilizada empregou técnicas quantitativas e qualitativas para o mapeamento da produção intelectual por meio de estudo estatístico da frequência e dos

temas abordados, bem como uma análise de conteúdo dos textos que nos permitiu observar os principais centros de pesquisa, métodos e áreas de abrangência dos artigos.

A fim de apresentar a pesquisa, organizamos nossa exposição da seguinte forma: (1) faremos uma pequena revisão dos estudos sobre internet e política; (2) apresentaremos um resumo da metodologia empregada; (3) examinaremos algumas evidências empíricas da pesquisa; (4) por fim, encerraremos o artigo com algumas considerações e apontamentos sobre uma agenda de pesquisa.

2. Internet e Política

Assim como aconteceu quando da inserção do telégrafo, rádio e televisão, os debates sobre o impacto da internet nas relações políticas entre cidadão e Estado vieram acompanhados do que se pode chamar de discurso da potência técnica – retóricas a respeito de mudanças radicais que se dariam a partir da apropriação social e política de novos artefatos tecnológicos. Ao longo da história esteve presente a ideia de que novas tecnologias fomentariam, revigorariam ou provocariam rupturas no sistema democrático (para uma discussão a respeito das duas abordagens, ver Wright, 2006).

Como aponta Coleman (1999), o debate inicialmente deu-se por meio de termos vagos, faltando uma clareza sobre qual a pergunta-chave que deveria conduzir as pesquisas. Porém, com o amadurecimento das análises, a questão inicial “o que a internet pode fazer pela democracia” passa a ser substituída por perguntas sobre como os diferentes meios, canais e ferramentas digitais que compõem a internet podem ser utilizados pelos indivíduos, organizações e instituições envolvidos ou interessados no sistema político para incrementar valores democráticos. A isso se acrescentam inúmeras variáveis, como fatores socioeconômicos e culturais, ideologia partidária, nível de acesso à internet, literacia digital, etc. Da mesma maneira, a vontade de representantes políticos de implementar ou aceitar tais inovações e a motivação dos cidadãos para criar ou apropriar-se de tais oportunidades tornam-se problemas de estudo (CHADWICK, 2011; GOMES, 2011; MARQUES, 2010; MEDAGLIA, 2012; SÆBØ et al, 2008).

Os pesquisadores passam então a enunciar, ao menos de forma um pouco mais clara e articulada, a partir de qual plataforma conceitual partem para estudar as transformações produzidas pela internet no ambiente democrático e também o tipo de transformações e efeitos esperados.

Nesse sentido, uma clivagem que auxilia o estudo em tela é a que se refere à filiação dos trabalhos às vertentes social ou institucional (GOMES, 2007). Como objeto da primeira, estariam as implicações do meio no engajamento cívico, esfera pública, deliberação política e sua relação com o capital social. Em comum, a preocupação com a formação e as aptidões políticas da cidadania no ciberespaço. Isto é, como a internet pode propiciar locais adequados para a formulação de preferências, fortalecimentos das ligações entre grupos de interesse, organização das demandas sociais e amadurecimento de posições políticas e ideológicas⁶.

Já a “vertente institucional” teria três endereços:

- a) a conformação digital das instituições da democracia em sentido estrito (cidades e governos digitais, parlamentos on-line) ou lato (partidos políticos on-line);
- b) as iniciativas institucionais no vetor que vai do Estado aos cidadãos (como a prestação de serviços públicos on-line e governo eletrônico);
- c) iniciativas institucionais no vetor cidadãos-Estado (oportunidades de participação ou de oferta de inputs por parte da cidadania na forma de votos, respostas a sondagens, decisões ou sugestões orçamentárias, registro e discussão de opiniões em fóruns eletrônicos etc.). (GOMES, 2007, p. 11).

As ponderações aqui são de ordem mais estrutural, pois dizem respeito à própria organização do ambiente e dinâmica democrática e, em consequência, da ligação entre as instituições do Estado democrático e a cidadania⁷.

Porém, para além da distinção entre as vertentes institucional e social, despontam questões normativas relativas aos modelos de democracia – um pano de fundo usual nas análises. Assim como visões distintas da democracia sempre estiveram presentes nas discussões de teoria política, o mesmo ocorre com relação às pesquisas que se debruçam sobre o impacto da internet na experiência democrática. Liberais enfatizam a necessidade de uma maior visibilidade e accountability. Adeptos à democracia forte conclamam a conformação de espaços em que os cidadãos possam expressar diretamente sua vontade. Deliberacionistas enfatizam a importância da troca de razões em público e o tema da esfera pública (DAHLBERG, 2011; GOMES, 2007).

Da mesma forma, a avaliação dos efeitos também sofre variação e parte da literatura vem caracterizando os estudos de acordo com três hipóteses gerais: de mobilização, reforço e normalização (MARQUES, 2008; WRIGHT, 2006). A primeira postula que o emprego das TICs possibilitaria maior fluxo de informação, ampliaria os

⁶ Para uma reflexão ampla sobre as questões da vertente social, ver Maia, 2011.

⁷ Para uma reflexão ampla sobre as questões da vertente institucional, ver Gomes, 2011.

laços comunitários, revigoraria a participação política do cidadão e, por fim, suscitaria novas formas de relação entre o público e as instituições do Estado contemporâneo (BENNETT, 2003).

Já a hipótese do reforço baseia-se na compreensão de que a internet seria utilizada apenas pelos cidadãos já ativos, interessados e participantes. Conforme Norris (2003), apesar de haver ganhos democráticos na oferta de novas ferramentas aos cidadãos já ativos, não fica claro como isso poderia ativar o engajamento dos indivíduos desinteressados no jogo político.

Por fim, a teoria da normalização afirma que, mesmo que haja impactos políticos do uso da internet em curto prazo, a situação tende a se normalizar em longo prazo. Para os teóricos que defendem essa visão, instituições e atores do sistema político formal tendem a, inicialmente, resistir às mudanças provocadas pelos novos meios e, posteriormente, adaptarem tais ferramentas e meios às suas próprias rotinas e agendas, gerando pouco ou nenhum impacto no sistema político formal (MUHLBERGER, 2004).

Tendo em vista os pressupostos teóricos acima, que não se esgotam nos autores e nem nas ideias mencionadas, parte-se na próxima sessão para a apresentação da metodologia de análise dos artigos apresentados em eventos no território brasileiro.

3. Metodologia

Nossa metodologia estruturou-se no sentido de construir variáveis que possibilitassem uma análise comparativa dos artigos sobre internet e política mapeados nos eventos escolhidos. Semelhantes levantamentos já foram realizados anteriormente. Em âmbito internacional, destacamos o trabalho de Kræmmergaard e Schlichter (2011) que levantou 450 artigos sobre governo eletrônico no período de 2000 a 2009; de Sæbø et al (2008) que encontrou 131 artigos de e-participação publicados até o ano de 2006 e de Medaglia (2012) que, em continuidade à pesquisa de Sæbø e equipe, analisou 123 artigos sobre e-participação no período de 2006 a 2011. Finalmente, Susha e Grönlund (2012) levantaram 50 artigos de e-democracia e e-participação buscando-se avaliar teorias e modelos de análise utilizados pelos pesquisadores.

No Brasil, como citado, foram encontradas apenas três pesquisas centradas em mapeamentos de literatura relacionados à internet e política. Primeiramente, Amaral e Montardo (2011) fazem uma análise de todos os artigos apresentados no GT de

Cibercultura da Intercom de 2001 a 2010 (N= 443) e identificam 13 eixos temáticos principais nos estudos. Em segundo lugar, Araújo (2011) levantou os trabalhos brasileiros na área de ciberativismo de 2000 a 2010 (N=22) e os classificou conforme o período de publicação, a área e instituição dos autores, o objeto de pesquisa e as fontes bibliográficas. E, por fim, Bragatto e Nicolás (2011) mapearam estudos apresentados em quatro encontros nacionais entre 2006 e 2010 (N= 71) que foram categorizados de acordo com as áreas temáticas, objetos de estudo, tipos de abordagem, métodos e técnicas de pesquisa.

Destaca-se que, no intuito de realizar a pesquisa em tela, foi perceptível a necessidade da definição do conceito de internet e política. Optou-se pela concepção alargada de política de Maia, “não só restrita ao mundo dos governos e à função de definição de votos pelos cidadãos, mas aquela que encampa também os processos de associação cívica, negociação e luta entre os sujeitos nas interações do dia-a-dia” (2006, p.15).

A partir dessa compreensão mais ampla que se deu a coleta. Inicialmente, foi necessário diferenciar a atividade política de atos de sociabilidade de modo a não agrupar pesquisas muito díspares entre si. Portanto, foram consideradas duas questões-chave, a primeira foi o objeto de estudo e a segunda, o objetivo explicitado pelos autores. Os artigos apenas entrariam para o corpus se seu objeto e/ou objetivos estivessem diretamente relacionados a atores políticos ou a atividades políticas.

No que se refere ao corpus, foram levantados os principais eventos de Sociologia, Ciência Política e Comunicação realizados em território brasileiro. O período de abrangência dos artigos compreende de 2000 até 2011. Além de acreditarmos que uma década de análise nos permita conclusões mais gerais e o acompanhamento da trajetória do campo, é notável que estão disponíveis online os anais de eventos a partir de 2000.

Desse modo, foram analisados 299 artigos apresentados em 11 eventos⁸. Todos os anais disponíveis online foram verificados e a análise deu-se da seguinte maneira: 1) inicialmente, buscou-se responder às questões levantadas apenas a partir do título e resumo; 2) se isso não fosse possível, avaliava-se também a introdução e conclusão e, caso ainda restassem dúvidas, 3) diversas partes do artigo eram examinadas.

⁸

Os eventos são detalhados na análise dos resultados.

Para o teste e posterior refinamento dos critérios foram realizados três estudos pilotos. No primeiro, foram analisados trinta artigos e relatados os problemas e dificuldades, o que gerou mudanças e melhorias nos indicadores. No segundo teste piloto, a aplicação foi refeita com os trinta artigos originais e adicionados outros trinta, porém utilizando as novas categorias criadas após o primeiro piloto. Finalmente, o terceiro teste envolveu a aplicação dos critérios em trinta artigos diferentes dos sessenta anteriores. Novamente, foram realizadas mudanças na planilha, que, assim, alcançou sua forma final, conforme segue abaixo.

- a) **Eventos:** foram considerados os seminários, congressos, encontros e simpósios realizados no país. Adotaram-se alguns critérios nessa seleção: a existência de um grupo de trabalho, área ou sessão que incluísse estudos sobre a relação entre internet e comunicação, sociologia ou ciência política; periodicidade; abrangência nacional; possibilidade de participação de pós-graduandos. Cada artigo foi classificado quanto ao (1) nome do congresso; (2) instituição sede do congresso; (3) ano do congresso; (4) nome do GT.
- b) **Características gerais do artigo:** foram coletadas informações relativas ao nome do artigo; se ele possui palavras-chave ou não; as três primeiras palavras-chave e o nível de detalhamento necessário de leitura: (1) resumo; (2) resumo, introdução e conclusão; (3) várias partes do artigo.
- c) **Autores e Instituições:** foram incluídas variáveis tais como (1) nome, o que permite verificar se há concentração ou não de autores no corpus; (2) instituição do autor, buscando perceber se há grandes centros de pesquisa na área; (3) estado da instituição; (4) titulação do autor, para apreender a evolução longitudinal da mesma; (5) área de especialização⁹, sendo considerada a área da última titulação do autor; (6) se o autor é professor; (7) caso seja professor, de que instituição; (8) se o autor pertence a um grupo de pesquisa; (9) número de autores, e, (10) caso haja mais de um autor, se é uma parceria interinstitucional, o que poderia nos indicar uma maior consolidação do campo.

⁹ Apesar dos eventos serem ligados à Comunicação, Ciência Política e Sociologia, acredita-se que tal referência é interessante por serem eventos interdisciplinares e para verificar se há alguma preponderância entre os pesquisadores de algum dos segmentos. As áreas verificadas foram: (I) comunicação; (II) ciência política; (III) sociologia; (IV) ciências sociais; (V) ciência da informação; (VI) administração; (VII) direito; (VIII) ciência da computação; (IX) outros.

- d) **Tipo de vertente:** corresponde às clivagens observadas nos artigos, se social ou institucional. Para a categorização tomamos como referência a classificação de Gomes (2007), conforme citado.
- e) **Abordagem teórica:** nesse ponto, o objetivo era verificar a principal abordagem teórica do texto, todavia há uma infinidade de linhas teóricas existentes nos estudos de internet e política. Dessa forma, optou-se por criar categorias mais amplas¹⁰, que pudessem resumir as principais abordagens teóricas da área: (1) transparência; (2) informação; (3) participação; (4) deliberação; (5) engajamento; (6) inclusão digital; (7) capital social e cultura política; (8) identidade e cidadania; (9) estratégia política e eleitoral; (10) accountability; (11) representação; (12) economia política; (13) outros.
- f) **Plataforma tecnológica:** ou seja, o meio ou ferramenta digital analisada pelo artigo em avaliação. Foram consideradas as seguintes categorias: (1) fórum e chats; (2) blogs; (3) websites; (4) redes sociais (Orkut, Facebook, Twitter, etc.); (5) wikis (Wikileaks, Wikipédia, etc.); (6) software livre; (7) repositórios de conteúdo (YouTube, Flickr); (8) internet; (9) mídia; (10) outros. As categorias “internet” e “mídia” foram criadas após os primeiros pilotos da análise, pois alguns artigos (especialmente os de cunho mais teórico) não tratavam de objetos tecnológicos específicos.
- g) **Objeto político:** optou-se por uma condensação em categorias capazes de sistematizar os principais focos de atenção dos estudos de internet e política: (1) políticas de comunicação; (2) campanhas eleitorais; (3) partidos políticos; (4) governo (executivo, legislativo e judiciário); (5) movimentos sociais e organizações cívicas; (6) esfera civil não organizada (indivíduos e movimentos políticos espontâneos¹¹); (7) outros.
- h) **Variáveis metodológicas:** foram incluídas nesse item as variáveis que dizem respeito às questões de metodologia dos artigos. É composta por:
- 1) tipo de abordagem:** (a) *teórica*; (b) *empírica*.
- 2) tipo de método:** (a) *qualitativo*; (b) *quantitativo*; (c) *bibliográfico*. A classificação é resultado do tipo de técnica utilizada nas pesquisas.

¹⁰ Resultantes de linhas teóricas utilizadas por autores que abordam questões sobre internet e política (BIMBER; DAVIS, 2003; BRAGA 2007; GOMES, 2007; CHADWICK, 2006; DAHLBERG, 2011; MAIA, 2011; MEDAGLIA, 2012; SÆBØ et al, 2008, Susha, Grönlund, 2012).

¹¹ Há passeatas e manifestações políticas que claramente são ligadas a associações, sindicatos e grupos cívicos. Foram classificadas como manifestações espontâneas, aquelas não apresentavam explicitamente um movimento ou grupo centralizador das ações, como as Marchas contra a Corrupção no Brasil, o movimento *Occupy Wall Street* e as revoluções árabes.

3) tipo de técnica empírica: buscou-se identificar as principais técnicas de análise utilizadas pelos pesquisadores brasileiros, quais sejam: (1) survey; (2) etnografia; (3) entrevista; (4) análise do discurso; (5) análise de conteúdo; (6) mapeamento de redes; (7) não aplicou alguma das técnicas anteriores.

4) utilização de técnica estatística: primeiramente, foi aplicada uma variável *dummy* sobre a utilização ou não de estatística e depois foi verificado o tipo de estatística utilizada. São eles: (1) frequência simples; (2) estatística descritiva; (3) estatística inferencial¹².

Importante notar que cada artigo só poderia ser classificado em uma única categoria¹³, objetivando-se a realização de cruzamentos estatísticos. Em todos os casos, verificou-se a ênfase, o ponto mais importante, o objetivo ou o espaço dado aos temas e às discussões para se realizar as diferentes classificações. Todas as dúvidas foram discutidas e resolvidas entre os três autores.

4. Análise dos Resultados

Ao todo foram analisados 299 artigos apresentados em onze eventos em território brasileiro. Do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós) foram levantados 36 artigos (correspondentes a 12,0% do corpus) de 2000 até 2011, excluindo os anos de 2003 e 2004 por não haver trabalhos na temática. Em relação ao Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), foram avaliados 27 artigos (9,0%) dos anos de 2010 e 2011. No que tange o Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica), foram encontrados 52 artigos (17,4%) dos anos de 2006, 2007, 2009 e 2011 (cobrindo, assim, todos os encontros da associação). Do Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS), foram 10 artigos (3,0%), envolvendo os anos de 2005, 2009 e 2011. Já do Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), foram analisados 13 artigos (4,3%) dos anos de 2008 e 2010. Do Seminário Nacional de Sociologia & Política (UFPR), foram 24 artigos (8,0%) relativos aos anos de 2009, 2010 e 2011. Do Fórum Brasileiro de Ciência Política (Ufscar), foram cinco artigos (1,7%) do

¹² Tomamos como referência para a categorização em frequência simples, estatística descritiva e inferencial a dissertação de mestrado de Leite, 2010.

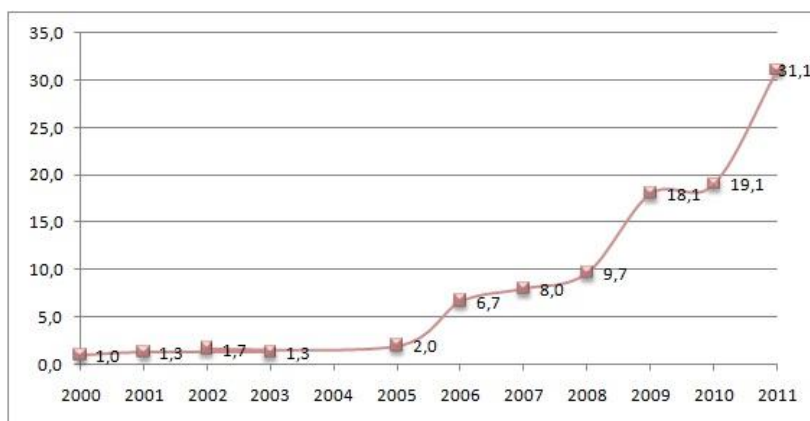
¹³ Estudos internacionais também seguiram essa decisão, como Sæbø et al (2008), Susha, Grönlund (2012) e Medaglia (2012).

ano de 2011. Do Seminário Nacional de Ciência Política (UFRGS), foram avaliados 14 artigos (4,7 %) de 2008 até 2011. Do Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (Abciber), a análise compreendeu 42 artigos (14,0%) dos anos de 2008 até 2011. Do Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), foram analisados 58 artigos (19,4%) dos anos de 2001 até 2011. E, por fim, no que se refere ao Congresso Latino-americano de Opinião Pública (Wapor), foram 19 (6,4%) do ano de 2011¹⁴.

Com relação à evolução no número de artigos apresentados por ano, constata-se pelo Gráfico 1 que até o ano de 2005 a porcentagem de artigos apresentados não superava 2% do total do corpus analisado. Verifica-se uma inflexão no ano de 2006 (6,7%) com uma tendência de acréscimo de artigos apresentados no decorrer dos anos. E por fim, observa-se que uma porcentagem considerável dos artigos (31,1% do corpus) foi apresentada no ano de 2011. É possível afirmar, portanto, que o nível de interesse no campo vem crescendo significativamente desde 2006. Novos acompanhamentos são necessários para verificar se o interesse manter-se-á crescente ou, ainda, se irá estabilizar-se ou diminuir nos próximos anos. Além disso, chama a atenção os grandes níveis de produção especificamente em 2009 e 2011. Futuros estudos poderiam verificar se há alguma ligação entre tais níveis e fenômenos digitais especialmente chamativos, como a campanha de Barack Obama de 2008 e a primeira campanha online para presidente no Brasil em 2010.

GRÁFICO 1
Artigos por ano

¹⁴ Destaca-se que toda a coleta foi manual (cada GT próximo ao tema foi verificado manualmente) e que alguns anais não estavam disponíveis online. A Intercom disponibiliza todos os anais de 2001 até 2011, mas os anais de 2004 estavam organizados de uma forma em que é impossível localizar os artigos. Logo, tal ano não está no corpus. O Encontro da ABCP disponibiliza online apenas os dois últimos eventos (2008 e 2010). Em relação ao Fórum Brasileiro de Ciência Política, encontram-se online apenas os anais de 2011 – faltando o de 2010. Por fim, foram encontrados os anais online da Wapor apenas do ano de 2011, que foi incluído por ter sido realizado no Brasil. No caso da CBS, os anais estavam disponíveis desde o ano 2000, mas só foram encontrados trabalhos nos anos de 2005, 2009 e 2011.



Fonte: Autores.

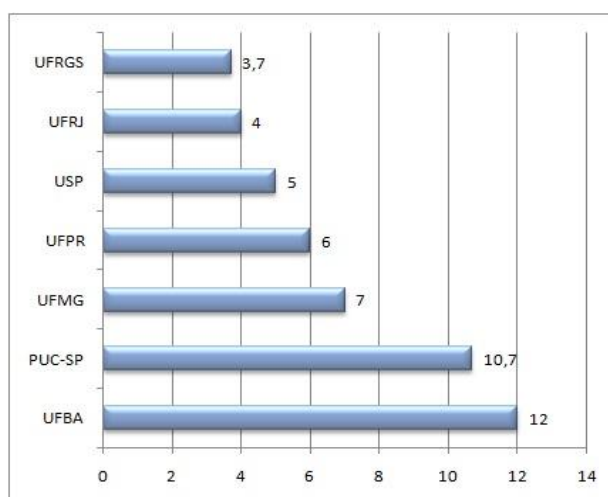
No tocante às características gerais, em mais da metade dos artigos (52,8%) foi necessário recorrer ao resumo, introdução e conclusão para coletar os quesitos fundamentais (objetivos, objeto, referencial teórico, metodologia e conclusões). Em uma quantidade considerável (43,1%) foi necessário coletar as questões em várias partes do artigo. E por fim, uma quantidade ínfima (4%) dos artigos apresentava no resumo todos os quesitos fundamentais. Esses dados revelam em parte a qualidade dos resumos apresentados nos eventos, demonstrando um déficit na sua elaboração.

Já no que se refere às palavras-chave, 225 artigos do total apresentaram-nas, isto é, uma quantidade muito significativa (75,3%). A presença de termos chaves é fundamental para a busca dos mesmos tanto pelo site dos eventos quanto por mecanismos de busca na internet. A palavra “internet” foi utilizada 65 vezes nos resumos, sendo o termo mais frequente. Em seguida estava a palavra “cibercultura”, utilizada 18 vezes; “governo eletrônico”, 14 vezes; “blog”, 12 vezes; “comunicação” e “ciberdemocracia”, 11 vezes cada; “internet e política” dez vezes; “política” e “Twitter” nove vezes e, por fim, o termo “redes sociais”, oito vezes.

4.1 INSTITUIÇÕES E AUTORES

No que diz respeito aos autores, foram analisadas variáveis relativas às instituições das quais fazem parte, região e estado, titulação e área do curso da última formação, assim como se escreveram em coautoria e se pertenciam a algum grupo de pesquisa. As sete instituições mais representadas em nosso banco de dados foram:

GRÁFICO 2
Instituições Líderes



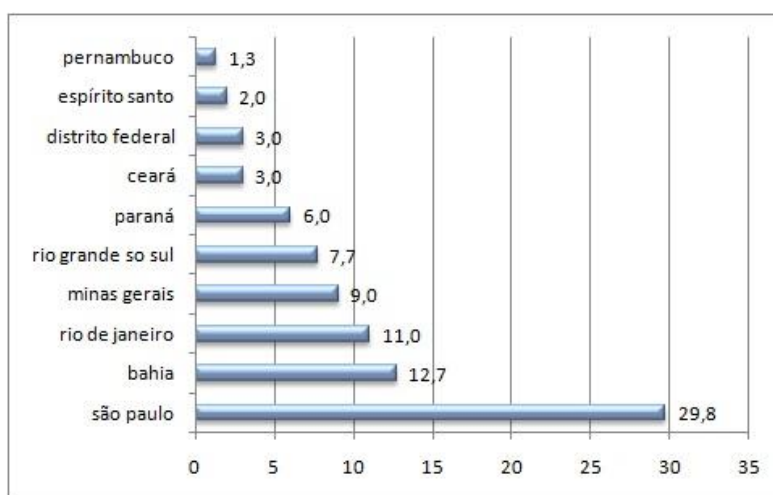
Fonte: Autores.

Pelo Gráfico 2, pode-se constatar que as instituições que lideram a produção de artigos correspondem à UFBA (12,0%), seguida da PUC-SP (10,7%), UFMG (7,0%) e UFPR (6,0%). Somadas, as sete instituições representam quase metade do corpus total da produção (48,4%)¹⁵, sendo que há uma clara concentração da pesquisa em instituições do sudeste e sul do país. Notadamente, a exceção é a UFBA, que ainda lidera o ranking de produção na área. Acredita-se que tal fato está relacionado ao fato da instituição possuir um dos programas de pós-graduação mais antigos na área de Comunicação no Brasil e por ser pioneira nos estudos de internet e política e também de Cibercultura no país.

Além da análise por instituição, foi também avaliado o perfil da produção por estados da federação. O Gráfico 3 disponibiliza os dez estados líderes:

GRÁFICO 3
Estados

¹⁵ Cabe esclarecer que contabilizamos somente as instituições do autor principal.



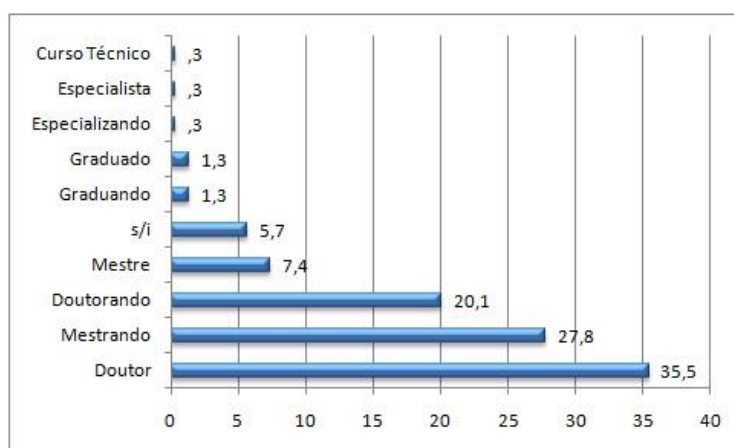
Fonte: Autores.

Com efeito, a região sudeste predomina com uma concentração considerável se somarmos todos os estados do banco (51,8%). O nordeste (17%) encontra-se em segundo lugar, porém bem abaixo da sudeste, com lugar de destaque da Bahia, pelo que é possível estabelecer uma relação íntima entre sua colocação e a produção da UFBA. Em seguida, encontra-se a região sul (13,7%).

Além disso, 282 pesquisadores participaram da produção dos 299 artigos, sendo que uma quantidade considerável foi escrita por somente um autor (66,2%), representando mais da metade do corpus. Embora, uma parte importante tenha sido apresentada em coautoria (33,8%), uma pequena parte fez parceria entre instituições (8%). Dos artigos com somente um autor, mais da metade declara fazer parte de um grupo de pesquisa (57,5%). Porém, vários autores não especificavam se pertenciam ou não a grupos.

No tocante ao nível de titulação, pelo Gráfico 4 percebe-se uma concentração de autores com alto nível de escolaridade: doutores (35,5%), seguidos de mestrados (27,8%) e doutorandos (20,1%). O gráfico longitudinal demonstrou que não houve variação significativa da titulação e por isso não foi incluído.

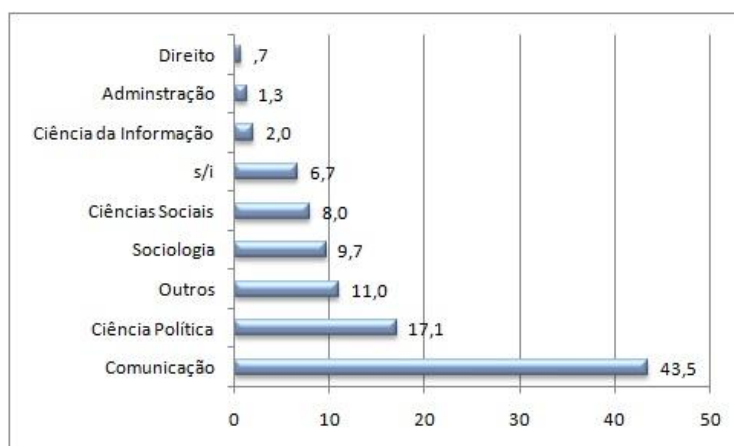
GRÁFICO 4
Titulação



Fonte: Autores.

Com relação à área da última formação dos pesquisadores, nota-se pelo Gráfico 5, uma concentração de autores das áreas de comunicação (43,5%) e ciência política (17,1%). Se somadas estas áreas a de sociologia (9,7%), nota-se uma concentração de quase 80% do banco. Esses dados mostram que parte significativa dos pesquisadores participam de eventos pertencentes às suas áreas de formação acadêmica e que os eventos analisados tendem a ser pouco interdisciplinares.

GRÁFICO 5
Área de formação



Fonte: Autores.

Contabilizou-se que os primeiros vinte autores produziram, em média, quatro artigos no período analisado, representando 28% da produção total. Uma concentração considerável se levarmos em conta que a produção total média do restante dos pesquisadores em nosso corpus representa um artigo.

4.2 VERTENTES, ABORDAGENS E OBJETOS

Em relação às informações sobre o tipo de vertente dos artigos, percebe-se uma maior parte deles localizada na vertente social (56,5%)¹⁶. Ao cruzar o tipo de vertente e os eventos (Tabela 1), aqueles encontros relacionados às áreas de política e sociologia (Anpocs, ABCP, Compolítica, Fórum Brasileiro de Ciência Política) privilegiaram artigos da vertente institucional. No entanto isso não se converte em uma regra, pois outros eventos pertencentes às mesmas áreas (Seminário Nacional de Ciência Política, Seminário de Sociologia & Política, CBS) apresentaram mais artigos da vertente social. Porém, prevalece nos eventos relacionados à área de comunicação (Abciber, Compós e Intercom) uma presença significativa de artigos da vertente social.

A Tabela 1 também demonstra a relação entre vertentes e instituições acadêmicas líderes. Destacam-se a UFBA e a UFPR com maioria dos artigos pertencentes à vertente institucional. Por outro lado, UFMG, USP e UFRJ apresentaram pesquisas significativamente mais voltadas para a vertente social. Possivelmente, isso se explica por linhas e grupos de pesquisa relacionados mais com uma vertente do que com outra.

TABELA 1
Eventos, instituições acadêmicas e tipos de vertente

	Social		Institucional		Total	
	N	%	N	%	N	%
Evento						
Abciber	25	59,5	17	40,5	42	100
Anpocs	13	48,1	14	51,9	27	100
ABCP	4	30,8	9	69,2	13	100
Compolitica	23	44,2	29	53,8	52	100
Compós	22	61,1	14	38,9	36	100
Intercom	45	77,6	13	22,4	58	100
Fórum brasileiro de ciência política	1	20,0	4	80,0	5	100
SBS	5	55,6	4	44,4	9	100
Seminário nacional de ciência política	8	57,1	6	42,9	14	100

¹⁶ Esse dado difere significativamente do apresentado por Bragatto e Nicolás (2010), que demonstrava maior existência de artigos com viés institucional (62%). Acredita-se que a inclusão de mais eventos de comunicação, com destaque para Intercom, deva ser o motivo para essa diferença nos resultados.

Seminário Sociologia e Política	14	58,3	10	41,7	24	100
Wapor	9	47,4	10	52,6	19	100
Total	169	56,5	130	43,5	299	100
Instituições						
UFBA	15	40,5	22	59,5	37	100
PUC-SP	18	58,1	13	41,9	31	100
UFPR	5	27,8	13	72,2	18	100
UFMG	14	66,7	7	33,3	21	100
USP	10	66,7	5	33,3	15	100
UFRJ	10	83,3	2	16,7	12	100
UFRGS	6	54,5	5	45,5	11	100
Total	78	53,8	67	46,2	145	100

Fonte: Autores.

O Gráfico 6 oferece informações a respeito das abordagens teóricas mapeadas. É possível visualizar que a categoria “participação” (20,7%) foi a mais recorrente e “engajamento” ficou em segundo (12%), o que revela o intuito dos pesquisadores de perceber em que medida a internet pode propiciar novas maneiras e novos canais do cidadão se engajar nos processos políticos. A categoria de “representação” (0,7%) foi a menos utilizada. Novamente, o gráfico longitudinal indicou um crescimento similar entre as áreas e não foi incluído.

GRÁFICO 6
Abordagens teóricas



Fonte: Autores.

É importante indicar que as principais abordagens teóricas encontradas podem ser caracterizadas como pertencentes aos estudos de democracia digital (ver Gomes, 2007). Somadas as categorias de participação, engajamento e deliberação tem-se mais de 40% da amostra. Outras abordagens que geralmente recebem bastante atenção nos estudos internacionais, como estratégia política e eleitoral, inclusão digital e economia política, apresentaram valores relativamente baixos aqui.

No entanto, são necessárias duas ponderações no que tange a alta frequência da categoria participação. Primeiramente, é preciso perceber que há estudos que tratam de participação política inspirados pela teoria democrática e outros que tratam de maneira mais abstrata de participação com base em conceitos da cibercultura. Embora diferentes, ambos foram classificados na abordagem de “participação” - o que pode ser revisto em futuras pesquisas. No entanto, acredita-se que a liderança da categoria participação permaneceria, especialmente pela recente história brasileira de luta contra a ditadura e pela redemocratização do país trazerem à tona preocupações com a inserção da esfera civil nos processos de tomada de decisão, enfatizando constantemente o papel da participação política nos processos democráticos.

O Gráfico 7 oferece informações a respeito dos objetos políticos. A categoria “esfera civil não organizada” foi a que apresentou o valor máximo (27,1%), porém este foi pouco superior ao alcançado pelo “governo” (25,1%). Percebe-se uma preponderância de estudos ligados a manifestações espontâneas da sociedade e de pesquisas que envolvem questões próximas ao executivo, legislativo e judiciário. Semelhante resultado foi encontrado na pesquisa de Medaglia (2012) sobre pesquisas de e-participação.

Cabe destacar que as ações da esfera civil (organizada ou não) têm grande destaque no corpus, representando mais de 44% do mesmo. Isso pode estar conectado a uma visão mais basista da democracia (Gomes, 2007), na qual as esperanças de melhoria estão nos movimentos que vêm da base social, sendo que o Estado seria um agente a ser enfrentado ou conquistado. Estudos futuros poderiam verificar o motivo pelo foco nas instâncias sociais. Já o corte longitudinal não revelou diferenças significativas de crescimento entre os objetos políticos e não foi incluído.

Vale a pena ainda destacar o baixo valor alcançado por pesquisas a respeito de partidos políticos (2%), dando fortes evidências à impressão já anunciada por Albuquerque e Martins (2010) sobre o pequeno nível de interesse da academia brasileira pela relação entre partidos políticos e internet.

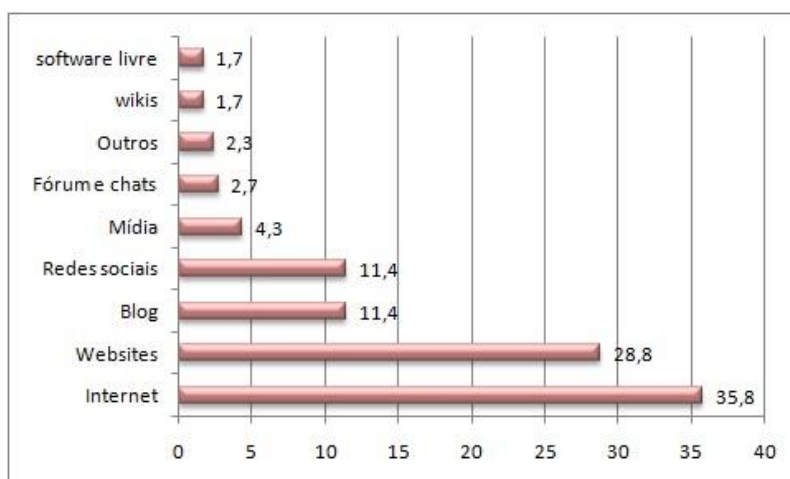
GRÁFICO 7
Objeto Político



Fonte: Autores.

Com relação às plataformas tecnológicas, como se pode verificar pelo Gráfico 8, as categorias tecnológicas mais amplas foram as mais encontradas, sendo que 35,8% dos artigos refletia de maneira geral sobre a “internet” e outros 28,8% faziam-no sobre “websites”. Juntos eles representam mais de 64% do corpus. Por sua vez, os objetos tecnológicos da web 2.0 (blogs, wikis e redes sociais) ainda são apenas 24,5% se somados.

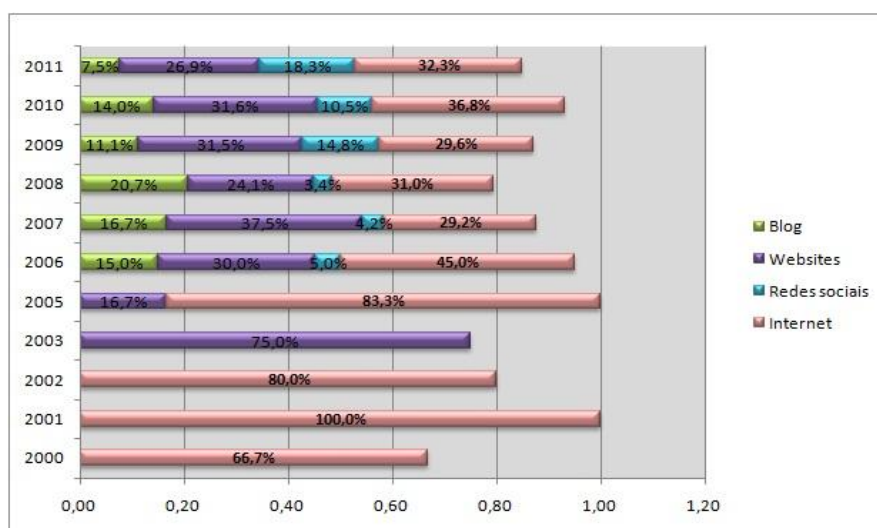
GRÁFICO 8
Plataforma Tecnológica



Fonte: Autores

No entanto, ao realizar o estudo longitudinal, percebe-se que a categoria “internet” era preponderante até o ano de 2003. A partir de então, nota-se que outras plataformas ganham mais atenção, como os estudos sobre websites. Em 2006, as pesquisas de plataformas mais colaborativas e interativas como blogs e redes sociais ganham maior atenção e permanecem com um crescimento significativo até o ano final da avaliação. Pode-se afirmar, portanto, que a pesquisa brasileira foi capaz de acompanhar as evoluções tecnológicas e há uma indicação de que as novas plataformas tecnológicas (no momento as redes sociais) estarão em destaque na pesquisa acadêmica brasileira. O único dado que contradiz esse indicativo é o baixo interesse por aplicações para celulares e tecnologias móveis que não foram capazes até esse momento de formar uma categoria própria.

GRÁFICO 9
Plataforma Tecnológica por ano



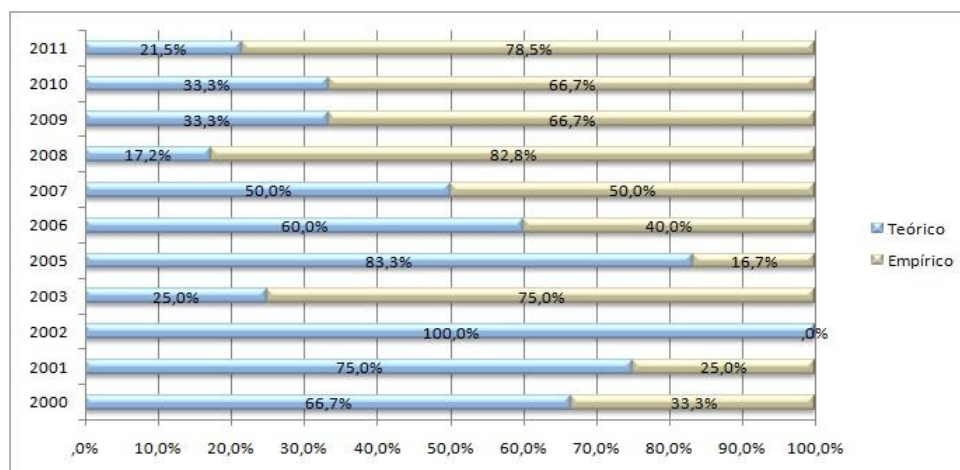
Fonte: Autores

4.3 VARIÁVEIS METODOLÓGICAS

No que se refere às variáveis metodológicas, percebe-se uma maior parte de estudos de cunho empírico (65,9%). Pelo Gráfico 10, observa-se que os estudos empíricos têm se tornado mais frequentes desde 2007 e que os teóricos estão em queda.

Ocorre, especificamente, uma diferença notável no ano de 2011 entre os de cunho empírico (78,5%) e os teóricos (21,5%).

GRÁFICO 10
Tipo de estudo por ano

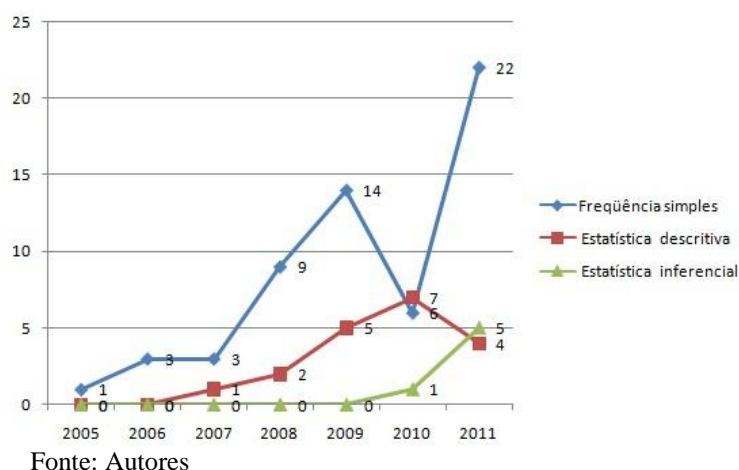


Fonte: Autores

Com relação ao tipo de método utilizado, uma quantidade considerável de artigos foi de cunho qualitativo (40,5%), seguida de artigos bibliográficos (33,1%) e, por fim, artigos quantitativos (26,4%). Somente uma porcentagem pequena aplicou algum tipo de estatística (27,8%), em contrapartida aos 216 artigos que não aplicaram nenhum tipo, representando mais de 70% do banco. Dos 83 artigos que utilizaram estatística cabe destacar a preponderância de frequências simples (69,9%), seguida da utilização de estatística descritiva (22,9%) e apenas um pequeno uso de estatística inferencial (7,2%).

Todavia, conforme o gráfico 11, o uso de técnicas estatísticas têm crescido nos últimos anos. Em especial, é possível verificar um aumento notável no uso de estatística descritiva a partir de 2007 e de estatística inferencial a partir de 2010. Embora sua utilização ainda seja muito modesta, 25 artigos num corpus total de 83.

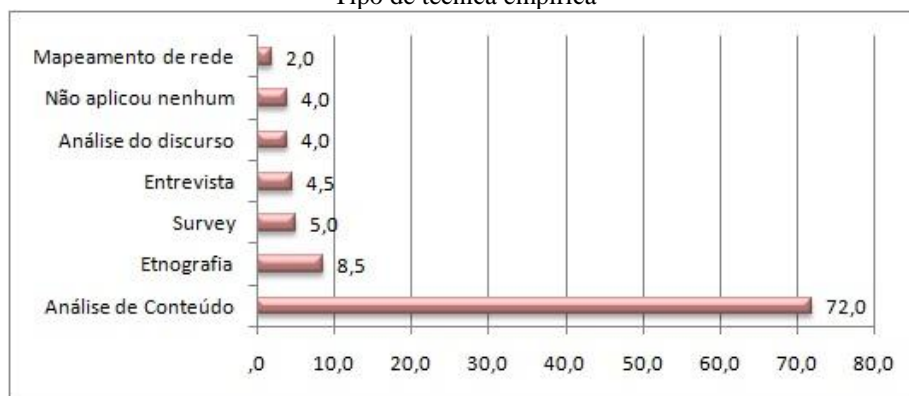
GRÁFICO 11
Técnica estatística longitudinal



Ademais, conforme o gráfico 12, observa-se uma robusta quantidade de artigos que utilizaram “análise de conteúdo” (72,0%). Se pensarmos em uma “ecologia” das técnicas utilizadas, é preocupante a grande concentração do uso de análise de conteúdo e a quase ausência de técnicas estatísticas complexas. Não se deseja defender aqui que os melhores estudos sejam aqueles que possuem determinadas técnicas, mas considerar que, ao se avaliar o campo de internet e política no Brasil como um todo, há pouca variedade de opções metodológicas sendo empregadas. Futuros estudos poderiam buscar perceber em que medida as técnicas utilizadas respondem às questões de pesquisa e se, portanto, a pouca variedade é fruto de falta de familiaridade com outras técnicas ou de fato adequada aos recortes empíricos realizados.

GRÁFICO 12

Tipo de técnica empírica



Fonte: Autores

5. Conclusões

Inicialmente, é importante apontar que, como na maioria das pesquisas acadêmicas, há limitações aos resultados encontrados. Primeiramente, a opção por classificar os artigos a partir das “ênfases” pode ocasionar algumas distorções. Alguns artigos podem efetivamente conter mais de uma abordagem teórica ou usar duas técnicas empíricas. Todavia, acredita-se que a classificação utilizada permite não apenas análises estatísticas, mas perceber quais são efetivamente as ênfases.

A segunda limitação está nas explicações. Diversos achados foram apresentados, mas não se questionou as possíveis causas de tais resultados. Em grande medida, o objetivo principal do trabalho foi realizar um mapeamento inicial do campo, algo que ainda não estava disponível. Acredita-se que a partir dessa pesquisa inicial diferentes estudos podem focar-se nos diferentes resultados encontrados, buscando-se compreender suas causas e explicações.

A terceira limitação está no corpus. A pesquisa buscou trabalhar com o universo total da produção, mas acredita-se que alguns artigos possam não ter sido encontrados, o que se deve basicamente a má qualidade dos sites de eventos e associações, que muitas vezes não apresentam sequer ferramentas de busca dos anais. Ainda assim, acredita-se que o corpus coberto se aproxime bastante do universo total.

A pesquisa indica inúmeras disparidades e concentrações, especialmente no que se refere a autoria. O corpus aponta para uma concentração de pesquisa em instituições líderes (UFBA, PUC-SP, UFMG, UFPR), da produção acadêmica no sudeste e sul do Brasil e dos próprios pesquisadores, o que pode ser demonstrado tanto pelo fato dos vinte primeiros autores representarem sozinhos quase um terço da amostra (28%) quanto por haverem 282 autores diferentes, o que indica que parte significativa realizou apenas uma única pesquisa na área. O estudo também aponta que parece haver pouco interesse na mudança de tal situação, uma vez que apenas 8% das pesquisas representaram parcerias institucionais. No que tange à área de estudo, nota-se que quase metade do corpus pertence à comunicação social, o que representa praticamente o dobro das duas próximas áreas, ciência política (17,1%) e sociologia (9,7%).

Em relação às vertentes (Gomes, 2007), houve leve preponderância da social (56,5%) sobre a institucional (43,5%), o que provavelmente está ligado ao fato da área de comunicação ter privilegiado essa vertente de estudos (uma vez que houve maior equilíbrio entre ciência política e sociologia).

Por sua vez, o objeto tecnológico foi o que mais sofreu mudança ao longo dos tempos. Os pesquisadores brasileiros inicialmente se focaram em grandes questionamentos e pesquisas a respeito do objeto “internet”. Com o passar do tempo, objetos mais específicos começaram a ser abordados e, recentemente, blogs e redes sociais adquirem destaque em relação a objetos tradicionais, como websites.

Sobre as variáveis metodológicas, percebe-se que o corpus é composto por 65,9% de estudos empíricos, mas que houve grande variação de 2000 a 2011. Inicialmente, haveria preponderância de artigos teóricos e, atualmente, a grande maioria se concentra em estudos empíricos. Por outro lado, ainda é perceptível que poucos aplicam alguma técnica estatística (27,8%) e dentre estes, a maior parte (69,9%) aplica apenas frequência simples. Apenas 7,2% utilizaram técnicas de estatística inferencial, demonstrando que ainda há pouco investimento em técnicas mais sofisticadas.

Ao longo do texto, foram indicadas diversas possibilidades de futuras pesquisas. Por exemplo, a concentração de pesquisas no sudeste e sul pode tanto estar conectada a um número maior de pesquisadores em tais regiões quanto simplesmente pela presença de pesquisadores líderes em certas instituições (como acreditamos ser o caso da UFBA). Além disso, o levantamento indica que o campo da internet e política brasileiro está excessivamente interessado em temas relacionados à democracia digital e a instâncias da esfera civil.

Finalmente, percebe-se que determinadas metodologias ainda são pouco utilizadas no Brasil e surveys com os pesquisadores poderiam responder o motivo para tanto. Há, ainda, a possibilidade de pesquisas futuras com as principais revistas da área de comunicação social, ciência política e sociologia, o que permitiria não apenas verificar os resultados desta pesquisa, quanto comparar artigos em sua forma inicial (nos congressos) e final (nas publicações).

No geral, a pesquisa sobre “Internet e Política” no Brasil está significativamente crescendo. Por um lado, tal crescimento se mostra com diversas concentrações e disparidades em relação a autores, instituições, estados e áreas de estudo. O que indica a necessidade de investimento em parcerias interinstitucionais, especialmente entre instituições líderes e instituições em consolidação. Por outro lado, a pesquisa, também, indica maior maturidade do campo. Primeiramente, porque se percebe uma forte tendência para estudos empíricos, o que demonstra que a área já possui um maior equilíbrio entre pesquisas reflexivas e outras que analisem efetivamente os diferentes

objetos, usos e promotores das iniciativas digitais, assim como possíveis efeitos e consequências. E, segundo, pelo sentido da abordagem dos objetos de análise, que deixou de se centrar em objetos amplos para avaliar os inúmeros canais, ferramentas e dispositivos disponíveis na internet.

Referências

AGGIO, C. Campanhas Online: O percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992 e 2009. **Opinião Pública**, V. 16, N. 2, p.426-445, 2010.

AIBUQUERQUE, A.; MARTINS, A. F. Apontamentos para um modelo de análise dos partidos na Web. **Anais do XIX encontro da Compós**, Rio de Janeiro, junho de 2010.

AMARAL, A.; MONTARDO, S. P. Pesquisa em Cibercultura: análise da produção brasileira da Intercom. **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** (Intercom), Recife, 2011.

ARAÚJO, W. F. Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. **Anais do V Simpósio Nacional ABCiber**, Florianópolis, SC, Novembro de 2011.

BENNETT, L. W. Communicating Global Activism. **Information, Communication and Society**, V. 6, N. 2, p. 143-168, 2003.

BIMBER, B. DAVIS, R.. **Campaigning Online. The Internet in U.S. Elections**. New York: Oxford University Press, 2003.

BRAGA, S. O papel das TICs na institucionalização das democracias; um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil. Brasília: **Plenarium/CEDI**, 2007.

BRAGA, S; FRANÇA, A. S. T.; NICOLAS, M. A.. Mecanismos de participação política e “falas cidadãos” nos websites dos candidatos a prefeito nas eleições de outubro 2008 nas regiões sul e sudeste do Brasil. In: **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, III, São Paulo, 2009.

BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A.. A internet como objeto de estudo no Brasil: balanço da literatura e uma agenda de pesquisa. In: **Seminário Nacional de Sociologia & Política**, Curitiba, 2011.

CHADWICK, A. Explaining the Failure of an Online Citizen Engagement Initiative: The Role of Internal Institutional Variables. **Journal of Information Technology & Politics**, V. 8, p. 21-40, 2011.

CHADWICK, A. **Internet politics: States, citizens, and new communication technologies**. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 2006.

COLEMAN, S.; BRUMLER, J. G. **The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COLEMAN, S. Can the new media invigorate democracy? **The Political Quarterly**, v. 70, n. 1, p. 16-22, 1999.

DAHLBERG, L. Re-constructing digital democracy: An outline of four ‘positions’. **New Media & Society**, V. 13, N. 6, p. 855–872, 2011.

DAVIS, J., A. Levantamento de dados em sociologia: uma análise estatística elementar. Jorge Zahar Editores, 1976, Rio de Janeiro.

GOMES, W. Democracia digital: Que democracia?. Anais do II Compolítica, Belo Horizonte, p. 1-29, 2007.

GOMES, W. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-45.

KRÆMMERGAARD, P.; SCHLICHTER, B. R. A comprehensive literature review of the e-government research field over a decade. **Anais do tGov Workshop 2011** (tGOV11), Brunel University, Londres, Março 2011.

LEITE, F. B. Divisões temáticas e teórico-metodológicas na Ciência Política brasileira: Explicando sua produção acadêmica (2004-2008). Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, 2010.

MAIA, R. C. M. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, R. C. M.; CASTRO, M. C. P. S. (Orgs.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 11-62.

MAIA, R. C. M. Sob a perspectiva da esfera civil: participação política e internet. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A (Orgs.). **Internet e Participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 47-91.

MARQUES, F. P. J. A. "Muro baixo, o povo pula": iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. **Opinião Pública**, v. 16, p. 117-142, 2010.

MARQUES, F. P. J. A. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MEDAGLIA, R. eParticipation research: Moving characterization forward (2006–2011). *Government Information Quarterly*, V. 29, N. 3, p. 346-360, 2012.

MORAES, L. H. S.; VEIGA, L.; VASCONCELLOS, M. M.; SANTOS, S. R. F. R.. Inclusão digital e conselheiros de saúde: uma política para a redução da desigualdade social no Brasil . **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, pp. 879-888, 2009.

MUHLBERGER, P. Access, Skill and Motivation in Online Political Discussion: Testing Cyberrealism. In: SHANE, P. **Democracy Online: The Prospects for Political Renewal through the Internet**. New York: Routledge, 2004.

NORRIS, P. Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party Websites. **Party Politics**, vol. 9, n.1 p. 21–45, 2003.

PENTEADO, C.; PIMENTEL, M. B.; ARAÚJO, R.. Novas práticas políticas na internet: estudo do Blog Fatos e Dados. In: **Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, III, São Paulo, 2009.

SÆBØ, Ø.; ROSE, J.; FLAK, L. S. The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. **Government Information Quarterly**, v. 25, n.3, p.400–428, 2008.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. Participação e deliberação na internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Opinião Pública**, v. 16, p. 446-477, 2010.

SCHUSSMAN, A., EARL, J.. From Barricades to Firewalls? Strategic Voting and Social Movement Leadership in the Internet Age. **Sociological Inquiry**, V. 74, N. 4, p. 439-463, 2004.

SEIFERT, J., CHUNG, J. Using E-Government to Reinforce Government-Citizen Relationships: Comparing Government Reform in the United States and China. **Social Science Computer Review**, v. 27, n. 2, p. 3-23, 2009.

SUSHA, I; GRÖNLUND, A. eParticipation research: Systematizing the field. *Government Information Quaterly*, V. 29, N. 3, p. 373-382, 2012.

WRIGHT, S. Electrifying Democracy? 10 Years of Policy and Practice. **Parliamentary Affairs**, V. 59, N. 2, p. 236-249, 2006.